

XXIX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS
29 de setembro a 04 de outubro de 2013, Santiago/Chile

Grupo de Trabalho 01: “Ciência, Tecnologia e Inovação

Título do Trabalho:

A criação da FACEPE e o campo científico em Pernambuco

Autora:

Andreia Patricia dos Santos
Universidade Federal de Sergipe

Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Objetiva-se discutir o campo científico em Pernambuco e a criação da FACEPE, uma agência estadual de fomento à pesquisa. A ideia é que a Fundação nasceu da pressão da comunidade científica local; produz e reproduz práticas universais deste campo, lugar de lutas/disputas por capitais simbólicos ou não. A teoria utilizada foi a bourdieusiana, a partir da noção de *campo científico e habitus*. A metodologia apoiou-se em fontes documentais (editais, estatuto, leis, etc.) e bibliográficas, além de entrevistas. Os dados apontaram que: as práticas da Instituição reproduzem as leis universais do campo; a FACEPE é fruto da atuação da comunidade e ambos se alimentam mutuamente.

Palavras-chave: FACEPE, Campo Científico, Pernambuco

1. Introdução

O presente trabalho é resultado da pesquisa do Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e concluída em junho de 2012. De modo geral, a dissertação teve como finalidade compreender e analisar a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), suas práticas (forma de gestão e funcionamento) e a relação com os agentes (pesquisadoras e pesquisadores). Deste modo, partiu-se do princípio que as práticas utilizadas na Fundação estão fortemente relacionadas com as experiências e conhecimentos acumulados no campo científico, ao longo da história. Tal acúmulo deu origem à formação de uma cultura científica e, assim, a construção de um *habitus* do profissional da ciência, inclusive manifestando as particularidades e universalidades dos cientistas pernambucanos. Esse campo é constituído por lutas e conflitos entre os agentes na constante busca pela autoridade científica, distinção e melhor posicionamento no próprio campo. Nessas circunstâncias, a FACEPE é compreendida como um microcosmo do *campo científico*, uma vez que oferta recursos financeiros e simbólicos, sem deixar de produzir e reproduzir a lógica da comunidade acadêmica. Neste sentido, é importante frisar que a pesquisa se respaldou na teoria de Pierre Bourdieu, especialmente, no que se refere à noção de *campo científico e habitus*. Para o autor, a ideia de *campo científico* se define da seguinte forma: *campo científico* é “[...] um campo de forças dotado de uma estrutura e também um espaço de conflitos pela manutenção ou transformação desse campo de forças” (BOURDIEU, 2008, p. 52). Então, se “o campo científico é, tal como outros campos, o lugar de lógicas práticas, mas com a diferença de que o *habitus* científico ser uma teoria realizada, incorporada” (Idem, 2008, p.62, grifo do autor). Em outras palavras utilizadas por Bourdieu (1996, p.144, grifo do autor), é possível entender *habitus* como “um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”.

A partir dos elementos acima mencionados, a finalidade do presente trabalho é analisar o campo científico em Pernambuco a partir da criação da FACEPE. Neste sentido, é importante salientar que a Fundação foi criada pela lei 10.401 de 26 de dezembro de 1989 e é fruto de um conjunto de ações firmadas entre o Poder Público e dos agentes (pesquisadores(as) vinculados às instituições de ensino, pesquisa e extensão de Pernambuco. Neste período houveram muitas mudanças no país, seja no plano político, social e econômico, com o ressurgimento da democracia após 21 anos de regime militar (1964-1985). Setores antes perseguidos pela ditadura militar, inclusive dentro das universidades, passaram a se mobilizar e a demandar novas políticas junto ao Estado. Um dos exemplos dessa mudança é a promulgação da Constituição de 1988, permitindo a criação de leis, decretos e constituições estaduais visando, dentre outras questões sociais, garantir fundos permanentes para fomento à pesquisa.

Assim, é importante salientar que a FACEPE foi criada nesta atmosfera de mudanças sociais no país. Desse modo, a escolha da Fundação como objeto de análise se justifica por três razões principais: 1) é a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP) mais antiga do gênero no Nordeste; 2) sua continuidade ininterrupta ao longo de mais de 20 anos, fato que a distingue de outras agências estaduais na mesma região (Bahia e Sergipe) e; 3) principalmente, uma forte e reconhecida comunidade científica, que pode ser exemplificada pela presença de várias e históricas instituições de ensino superior e de pesquisa no estado (UFPE, FUNDAJ, UPE, UFRPE, entre outras). É inegável que em Pernambuco havia um conjunto de pesquisadores(as) vinculados(as) às instituições de ensino e pesquisa locais que estavam mobilizados e que, portanto, se empenharam e intervieram junto ao Poder Público em prol da criação de um órgão de fomento estadual. Ou seja, havia no estado uma comunidade científica atuante (na atividade de pesquisa) anterior à própria FACEPE, que deu legitimidade criação da mesma.

É importante também salientar que a história da FACEPE é caracterizada também pelas dificuldades em cumprir seu papel, diante dos limites impostos pela vontade política dos governantes. O repasse de recursos destinados para execução de sua atividade não teve regularidade e a maior parte de sua existência funcionou de forma insatisfatória, porque não conseguia acompanhar à demanda da comunidade científica local. Por isso, durante longos períodos sofreu com a falta de credibilidade por parte da referida comunidade, que anteriormente intervieram junto ao poder público em prol de sua criação. Desse modo, a fragilidade da Fundação também revela, de algum modo, a fragilidade da própria comunidade em reivindicar políticas de C&T para o Estado como ocorrido no passado. Esta situação demonstra também a estreita relação da comunidade científica local com a referida agência de fomento.

Dentro desta perspectiva, o presente trabalho apresenta o contexto histórico da ciência e tecnologia (C&T) no Brasil, do qual a FACEPE fez parte.

2. A institucionalização do fomento à pesquisa no Brasil: breve histórico

As condições históricas e universais do campo científico, isto é, o *habitus* do fazer da ciência, apresentadas acima influenciaram as práticas dos agentes em relação ao Poder Público Estadual, a partir de uma agenda de reivindicação que teve na ideia de constituição da FACEPE seu ponto central nos anos de 1980.

O *ethos* científico para reproduzir-se com qualidade e permitir possibilidades de melhor inserção - não só estadual, mas nacional – dos cientistas pernambucanos viram na construção de um novo aparato institucional, de uma nova ação burocrática, algo fundamental. E a FACEPE tornou-se esse espaço institucional, onde o *ethos* acadêmico apresentou-se, apoiou-se e compôs o cotidiano desta FAP, antes mesmo do seu surgimento em 1990.

Diante dessas particularidades, a FACEPE pode ser compreendida como um microcosmo do campo científico. Nela há uma manifestação do fazer-se pesquisador, fazer-se cientista e do saber-fazer

da ciência, isto é, há uma reprodução das práticas universais do campo científico na Fundação. Além disso, ela é resultado da ação e atuação dos agentes.

Apenas em 1970, é que começa a acontecer iniciativas mobilizadoras para a criação de um ministério voltado para a área, fato que se efetivou na década seguinte (1980). Nesse sentido, vale registrar que essas iniciativas foram tentativas de integrar as ações nacionais de C&T no Brasil, buscando, dessa maneira, tecer esforços mais amplos e articulados¹.

Outro marco do fomento à C&T no país foi a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que surgiu com objetivo de atender à demanda da comunidade científica paulistana, ao desenvolvimento e às necessidades do estado. Foi criada em 1960 e começou a funcionar em 1962, mesmo prevista na Constituição Estadual de São Paulo em 1947 (MOTOYAMA, 1999).

De acordo com Paulo Vanzolini, idealizador do projeto-lei da FAPESP, a constituição desta FAP baseou-se em sua experiência como pesquisador, bem como foi resultado de suas visitas à Fundações internacionais (Rockefeller, Ford) e no Brasil, o CNPq. Porém ressaltou que “precisávamos era de uma fundação que atendesse diretamente ao pesquisador, mas não tivesse seus próprios institutos, pois, do contrário, era para estes que acabariam sendo canalizados os recursos” (VANZOLINI *apud* FAPESP, 1996, p. 203). Em sua opinião, o papel da universidade era formar recursos humanos e estimular o interesse pela pesquisa, enquanto que o papel da Fundação seria o de ofertar mecanismos para que a universidade cumprisse sua finalidade. Ou seja, esse isso também não permitiria a concentração de recursos para determinadas áreas, mas sim, um órgão que fomentasse a pesquisa em todas as áreas. Deste modo, a Fundação não substituiria a razão de ser da universidade e nem competiria com esta, sendo, portanto, uma o complemento da outra. De maneira geral, foi assim que a Fundação foi implantada.

Nunca é demais destacar que a FAPESP é a FAP estadual mais antiga do país e situada, não por acaso, no estado economicamente mais desenvolvido, comporta historicamente uma comunidade científica extremamente fortalecida, principalmente pela concentração de universidades e institutos de pesquisas, especialmente a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, onde, “seu corpo científico inicial foi formado por estrangeiros, em geral com uma formação de excelente qualidade” (ZARUR, 1994, p. 64). No caso das ciências sociais, a USP formou diversos expoentes brasileiros de destaque, a exemplo de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, entre outros². Esses atributos – não só exclusivos às ciências sociais - trouxeram para o campo científico paulista condições de destaque em âmbito nacional.

Além do estado de São Paulo, o Rio de Janeiro passou a destacar-se, o que fortaleceu o campo científico dos dois estados:

¹“Inicialmente as ações do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído em 1975, era responsabilidade do Ministério do Planejamento. Nessa época, o órgão responsável pela coordenação do Sistema era o então Conselho Nacional de Pesquisa, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – que conservou a sigla CNPq. Com isto surgiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), com o objetivo de testar metodologias de planejamento, avaliação e execução de projetos. Assessores de planejamento e avaliação experimentavam formas de integrar as ações comuns entre as quatro agências. Começava a nascer a idéia da criação de um ministério que se ocupasse especificamente das ações de C&T. Políticos, dentre eles Renato Archer, e membros da comunidade científica se mobilizaram e encaminharam a proposta ao primeiro governo da Nova República. O grupo teve a reivindicação acatada pelo presidente eleito Tancredo Neves. Na seqüência dos fatos políticos, o presidente José Sarney honrou o compromisso assumido por Tancredo, criou o ministério e nomeou Renato Archer como ministro, em 1985. Uma de suas primeiras ações foi implementar a experiência bem sucedida do PADCT”. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia. Histórico. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78973.html>: Acesso em: 24 abr. 2011.

² Esses sociólogos formaram o que se denominou da Escola de Sociologia da USP ou Escola Uspiana de Sociologia, que teve (e tem) grande impacto na formação do pensamento social brasileiro.

A concentração de recursos institucionais e financeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro inibia projetos semelhantes em outras regiões. Os melhores estudantes da Bahia, do Nordeste, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul – os que podia fazê-lo – iam estudar naquelas duas cidades, e normalmente não retornavam aos estados de origem (SCHWARTZMAN, op. cit., p. 132).

Essas características possibilitaram o crescimento local, mas também deram origem às desigualdades regionais de diversas naturezas, inclusive no desenvolvimento da C&T. No caso de São Paulo, em suma, esse conjunto de atributos pesou consideravelmente para o fortalecimento da FAPESP, o que a distingue do Rio de Janeiro, que foi capital federal até 1960, recebendo, portanto, aportes de recursos da União.

Ademais, vale destacar que já no seu surgimento a Fundação contou com a dotação de 0,5% oriundos de “impostos estaduais, obrigada por seus estatutos a despender a maior parte de seus fundos em projetos de pesquisa científica e diretamente controlada pela comunidade científica estadual” (op. cit., p. 258). Ainda conforme Schwartzman, tornou-se um órgão de fomento no mesmo nível que as agências federais (CAPES e CNPq).

A dotação orçamentária prevista na lei garantiu o apoio contínuo e adequado à C&T em São Paulo, compatível com o tamanho de seu público-alvo e servindo como modelo a ser seguido. Por isso, o controle da comunidade científica sobre a FAPESP e sua forma de atuação vai ser uma marca que se reproduzirá em outras FAP's anos depois. Mais uma vez, esse fato revela a capacidade da comunidade científica de pressionar o poder público no intuito de buscar controlar (ou de ter maior controle sobre) as fundações de fomento estaduais.

Ao longo das décadas seguintes, outras comunidades acadêmicas locais vão reivindicar junto ao poder público de seus estados, no momento em que se consolidam, a criação de fundações de apoio/amparo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico estaduais, especialmente para combater as desigualdades regionais na área de C&T. A partir daí, as FAP's passaram a ganhar uma dimensão chave, sendo um palco valioso de análise, de questionamentos dos bloqueios ou das possibilidades de desenvolvimento da ciência e da tecnologia ou enquanto reflexo das fragilidades ou força do campo científico existente nas localidades. Ou seja, esse processo histórico revela que as fundações são locais privilegiados de reconhecimento das dinâmicas acadêmicas locais. De fato, elas representam atributos e capacidade das comunidades acadêmicas estaduais, e o caso da FACEPE não vai destoar dessa tradição.

O próximo item segue tratando da institucionalização do fomento à pesquisa em Pernambuco, que representa também a constituição do campo científico no referido estado a partir da criação da FACEPE.

3. Institucionalização do Fomento à Pesquisa em Pernambuco: a FACEPE

A Fundação de Amparo à Ciência e à Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) é criada numa rica conjuntura de mobilizações sociais, que teve seu início na campanha do então candidato a governador Miguel Arraes de Alencar, no ano de 1986. Essa era uma época de muitas mudanças em todo país, seja no plano político, social ou econômico, com o ressurgimento da democracia após vinte e um (21) anos de regime militar (1964-1985). Setores antes excluídos e/ou perseguidos pela ditadura militar, inclusive dentro das universidades, passaram a se mobilizar e a demandar novas políticas junto ao Estado.

Com a reabertura democrática no cenário político e a partir da Constituição Federal de 1988³, houve a criação de leis, decretos e constituições estaduais visando, dentre outras questões sociais, possibilitar/garantir fundos permanentes para fomento à pesquisa. Daí, então, a formação e atualização de um sistema nacional de ciência e tecnologia (C&T) passou a ser uma necessidade contínua e crescente em que a produção, transferência e utilização do conhecimento conduzissem ao desenvolvimento econômico e social em outros moldes, inclusive mais democráticos (ALMEIDA; CABRAL, 2005).

Nessa atmosfera de mudanças, em Pernambuco, com a eleição de Miguel Arraes de Alencar (PMDB) para Governador de Pernambuco, de 1987 a 1990⁴, foi concedido um espaço significativo para discussão sobre a C&T, tendo em vista que sua equipe de campanha eleitoral foi composta por pessoas vinculadas às universidades⁵ e, por conta disso, se formou um grupo de intelectuais que levaria uma proposta de C&T para o estado no decorrer de seu mandato. Muitos desses professores e pesquisadores, a exemplo de Sérgio Rezende (que veio a tornar-se Ministro de Ciência e Tecnologia no segundo mandato do Governo Lula⁶), Tânia Bacelar⁷ e Ricardo Ferreira⁸, que faziam parte do aludido grupo, além de serem nomes de prestígio em termos acadêmicos, já conheciam a importância do fomento à pesquisa baseadas em órgãos como o CNPq e CAPES, em nível nacional, e a FAPESP⁹, no estado de São Paulo.

O depoimento do professor e pesquisador Sérgio Rezende, um dos idealizadores da FACEPE, relatou como se deu o processo de criação da Fundação, das mobilizações mencionadas:

E foi quando na campanha pra eleição, que foi eleito Miguel Arraes, em 1985, nós começamos a fazer movimento entre os professores pra fazer proposta, para que o governo de Pernambuco tivesse uma política de financiamento da pesquisa. Aí, então, Arraes foi eleito e esse grupo acabou sendo convidado a redigir propostas concretas. E nós fizemos então uma proposta de se criar uma Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa, a exemplo da FAPESP, que é o grande exemplo de instituição estadual. Escrevemos isso no programa de Arraes. (*Sérgio Rezende, professor e pesquisador do departamento de Física da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia. 26/10/2011*).

É oportuno também mencionar que a ideia de implantar um fundo para a C&T em Pernambuco é anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, pois isso era uma demanda dos cientistas

³ O capítulo IV, artigo 218 da Constituição Federal regulamenta questões sobre o apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em 20 mar. 2012.

⁴ O primeiro governo de Arraes foi de 1963-64, quando foi cassado e exilado pelo Regime Militar em 1964. Esse governo foi um marco nas lutas democráticas e populares do estado.

⁵ É válido ressaltar que Silke Weber, representante destacada da comunidade científica pernambucana, foi Secretária de Educação na gestão de Miguel Arraes, no período de 1995 a 1998. Este também é um exemplo do peso do capital simbólico que é reconvertido.

⁶ REZENDE, S. Entrevista. In: ALMEIDA, M. G. A. A.; CABRAL, M. F.C. Memorial FACEPE 15 anos. Recife, CCS Gráfica Editora, 2006. P. 52-58; RESENDE, S. Entrevista. In: Revista Pesquisa FAPESP, nº 159, maio 2009, p. 104. Disponível em: <http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=3845&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 29 abr. 2012.

⁷ Atuou trinta anos na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

⁸ Ricardo Ferreira é reconhecido internacionalmente em sua área de atuação e “representante da geração de fundadores da ciência moderna no Brasil, principalmente a partir dos anos 40”. Informações disponíveis em: <http://www2.iq.usp.br/alquimista/alquimista31.pdf>. Acesso em: 20 abr.2012.

⁹ A FAPESP foi a primeira agência estadual de fomento à pesquisa no País e sempre teve papel estratégico no apoio e desenvolvimento da C&T neste estado. Tem sua história pautada em muitas lutas políticas por recursos e de resistência da comunidade científica, desde a criação e aprovação do artigo constitucional, 123 da constituição do estado de São Paulo até os dias atuais (MOTOYAMA, op. cit, p. 35).

envolvidos na campanha para governador de Miguel Arraes (REZENDE, 2010), situação que revela a visão antecipadora desses acadêmicos na época.

Assim, no sentido de corroborar com o relato de Sérgio Rezende, a fala do físico Ivon Fittipaldi, um dos quais esteve vinculado à luta pela FAP pernambucana, remontou como se deu a ideia de instituí-la, bem como a previsão de seu orçamento na Constituição Estadual.

Então é nessa oportunidade que a gente procura o Dr. Arraes, um grupo de pesquisadores e a gente propõe a criação uma fundação de amparo à pesquisa no estado de Pernambuco. Ele de pronto gostou da ideia e criou-se então o capítulo 4 (quatro) da constituição do Estado de Pernambuco, fala sobre a Ciência e Tecnologia e lá prever a criação de uma fundação. Essa fundação então teria uma dotação orçamentária. Nessa constituição diz que nós teríamos direito de 1% da receita orçamentária do Estado e que esse fundo de desenvolvimento da ciência e tecnologia no estado de Pernambuco. A gestão desse fundo estaria a cargo de uma fundação. Isso é o que está na constituição brasileira (*Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da FACEPE e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE/MCT), 18/08/11*).

A participação da comunidade científica no movimento de criação e implantação da FACEPE, bem como sua relação com o campo político local, são evidentes nos depoimentos supracitados. Isso porque essas duas questões estão fortemente ligadas, uma legitimou a outra. Sob este ponto de vista, o atual presidente da Fundação, o professor Diogo Simões, fez um balanço analítico, associando a criação da FACEPE e as iniciativas de pesquisadores(as), às questões de cunho nacionais, ressaltando que:

[...] a gente não deve se esquecer que essa luta por assegurar regularidade ao financiamento das atividades de ciência e tecnologia, era algo que precedeu a criação da FACEPE e tinha caráter nacional, uma dimensão nacional, foi ela que se alimentando, digamos, do que nessa matéria já se tinha sido feito desde os anos 50 com a criação do CNPq, com a criação da FAPESP, etc. Mas em 1988 na discussão, nos anos que antecederam à constituição, a nova constituição brasileira, então foi ali que se deu o passo fundamental ao inserir aquele dispositivo, no capítulo da ciência e tecnologia da constituição, que permite aos estados a vinculação de parcela de sua receita, ao desenvolvimento... enfim, a financiar a entidade dedicada exclusivamente ao financiamento da ciência e tecnologia. Então, claro que em Pernambuco, nós podemos sair na frente porque havia gente aqui mobilizada, ligada, competente, mas não se pode dizer que a existência dessas pessoas e desse movimento, fosse suficiente pra produzir isso, quer dizer, se não houvesse, não tivesse a grande mobilização nacional e discussão disso na constituição provavelmente a FACEPE não existiria (*Diogo Simões, Presidente da FACEPE, 03/01/2012*).

Sem dúvida, o depoimento do professor Diogo Simões é bastante elucidativo e aponta questões relacionadas à FACEPE, as quais se complementam: a Fundação é sim resultado de uma ação do campo acadêmico nacional (do qual acadêmicos pernambucanos faziam parte), que pressionou o campo político para a criação de um fundo permanente e regular para a C&T na Constituição Federal de 1988. É também um desdobramento de lutas históricas oriundas desde a criação do CNPq e da FAPESP. Além disso, é inegável que em Pernambuco havia um conjunto de pesquisadores(as)

vinculados(as) às instituições de ensino e pesquisa locais que estavam mobilizados e que, portanto, se empenharam e intervieram junto ao Poder Público em prol da criação de um órgão de fomento estadual. Ou seja, havia no estado uma comunidade científica atuante (na atividade de pesquisa) anterior à própria FACEPE, que deu legitimidade e força para a criação da mesma. Ademais, vale destacar que há décadas o campo científico pernambucano já estava consolidado, nas mais diversas áreas, e contava (como ainda conta) com a universidade mais importante do Norte e Nordeste do Brasil, a UFPE.

Por isso, não é à-toa que a FACEPE tornou-se a primeira FAP estadual do Nordeste. Esse foi um grande diferencial de Pernambuco (sua comunidade científica), pois em outros estados do Nordeste as FAP's foram implantadas anos mais tarde, como é o caso da Bahia e de Sergipe¹⁰.

De fato, o papel desempenhado pelo grupo e a autoridade científica do mesmo conferiu uma força mobilizadora interna à própria comunidade acadêmica pernambucana, desembocando na implantação de uma FAP estadual no terceiro ano do mandato do governador Arraes (1989). É assim que a criação da FACEPE demonstrou a capacidade de intervenção da comunidade científica local. Nesse sentido, no relato da ex-presidenta da FACEPE Lúcia Melo, ela frisou que a referida agência de fomento “[...] foi certamente fruto de grande esforço coletivo envolvendo diversas pessoas da comunidade acadêmica de Pernambuco” (MELO *apud* ALMEIDA; CABRAL, 2005, p. 30), e ainda mencionou que a instituição também contou com força da comunidade científica externa, a exemplo de Alberto Carvalho da Silva, então presidente da FAPESP, e que “a SBPC teve um lugar de destaque na luta pela criação da FACEPE como também das demais fundações estaduais” (MELO *apud* Idem). As palavras da ex-presidenta elucidaram o sentimento coletivo daquele momento:

[...] a criação da FACEPE se deu num momento de grande expectativa e otimismo em relação ao crescimento do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e nós éramos parte ativa neste movimento. Pernambuco saía na frente liderando esse processo na Região Nordeste (MELO *apud* ibidem., p. 32).

A Constituição do Estado de Pernambuco foi promulgada em 05 de Outubro de 1989, na qual ficou estabelecida no *caput* do Artigo 203, 3º parágrafo do capítulo III, a criação de uma Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia nos seguintes termos: “*O Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando a formação de recursos humanos, a pesquisa básica e aplicada, a autonomia e a capacitação tecnológicas, a difusão de conhecimentos, tendo em vista o bem-estar da população e o progresso das ciências*”¹¹. No parágrafo §3º é especificado: “*para os fins do disposto neste artigo o Estado criará, com a participação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, uma Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia*”¹².

Em 26 de dezembro de 1989 foi criada a Lei nº 10.401, que instituiu a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), um órgão de fomento à pesquisa estadual vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA¹³) de Pernambuco. Com

¹⁰ O estado da Bahia criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) em 27/8/2001. E em Sergipe a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) foi criada em 12/12/2005.

¹¹ Constituição Estadual de Pernambuco, 2008, p. 104. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/home/index.php>. Acesso em: 05 out. 2009.

¹² Idem.

¹³ Foi criada em 1988 e tem como objetivo formular, fomentar e executar as ações de política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; planejar, coordenar e implementar a política estadual de proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos; promover e apoiar ações e atividades de incentivo à ciência, às ações de ensino superior, pesquisa científica e extensão, bem como apoiar as ações de polícia científica e medicina legal; além de instituir e gerir centros tecnológicos. Em 2010 passou a ser designada de Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) e não mais Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA).

isso, a FACEPE representou um avanço não apenas para o desenvolvimento da C&T, mas também para o cenário de mudanças no universo político, social e econômico que Pernambuco vivenciava.

As atividades da FACEPE tiveram início em 13 de julho de 1990, passando a ser consideradas fontes para o desenvolvimento do estado (investimentos em tecnologias) e, acima de tudo, uma alternativa para os pesquisadores radicados em Pernambuco, que antes necessitavam recorrer às instituições de fomento nacionais e internacionais, para desenvolverem seus trabalhos, suas pesquisas e instalação de laboratórios.

As atribuições assumidas pela FACEPE, ao logo de sua história, revelam seu papel essencial para o campo científico pernambucano e a reprodução do *habitus* do mesmo. No entanto, nunca é demais acrescentar que a cultura científica existente em Pernambuco não foi construída exclusivamente a partir da criação da Fundação. A existência de várias instituições de ensino e pesquisa (estaduais e federais), já consolidadas, contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento do campo científico e de uma comunidade científica local com visibilidade nacional. No entanto, foi a força deste campo que legitimou, ofertou condições para o surgimento da FACEPE, que por sua vez possibilitou a institucionalização do fomento à pesquisa no estado de Pernambuco e permitiu aos pesquisadores e pesquisadoras recursos financeiros e simbólicos para melhor se colocar no campo das disputas no campo ora discutido. No que se refere às instituições de ensino e pesquisa do referido estado, o quadro¹⁴ abaixo é bastante ilustrativo:

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA EM PERNAMBUCO			
INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ESFERA	ATIVIDADE
Faculdade de Direito do Recife ¹⁵	1827	Federal	Ensino
Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco	1862	Estadual	Cultura
Escola de Engenharia de Pernambuco	1895	Federal	Ensino
Escola Superior de Agricultura ¹⁶	1912	Estadual	Ensino e Pesquisa
Faculdade de Medicina do Recife ¹⁷	1920	Federal	Ensino
Escola de Belas Artes de Pernambuco	1932	Federal	Ensino
Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA)	1935	Estadual	Pesquisa
Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)	1942	Federal	Ensino e Pesquisa
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1946	Federal	Ensino, Pesquisa e Extensão
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	1949	Federal	Pesquisa
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPqAM/Fiocruz	1950	Federal	Ensino e Pesquisa
Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (LAFEPE)	1966	Estadual	Pesquisa
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1967	Federal	Ensino, Pesquisa e Extensão

¹⁴ Este quadro foi debatido com mais profundidade na dissertação da autora e intitulada “Fazer ciência e fazer-se cientista em Pernambuco: o caso da FACEPE”, defendida em junho de 2012.

¹⁵ A Faculdade de Direito do Recife foi incorporada à UFPE em 1946. Estas informações encontram-se disponíveis em: http://www.ufpe.br/ccj/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=188. Acesso em: 11 mar. 2012

¹⁶ Passou a ser denominada UFRPE em 1967.

¹⁷ Foi incorporada à UFPE em 1946.

Universidade de Pernambuco (UPE)	1968	Estadual	Ensino, Pesquisa e Extensão
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (HEMOPE)	1977	Estadual	Pesquisa
Fonte: Organização da Autora (SANTOS, Andreia Patrícia dos).			

Retomando o debate sobre a FACEPE, faz-se necessário frisar que a história da FACEPE é caracterizada também pelas dificuldades em cumprir seu papel, sua missão, diante dos limites impostos pela vontade política dos governantes. O repasse de recursos destinados para execução de sua atividade não teve regularidade e a maior parte de sua existência funcionou de forma insatisfatória, porque não conseguia acompanhar à demanda da comunidade científica local. Em muitos momentos, não conseguiu cumprir a folha de pagamento para projetos e bolsas aprovadas. Por isso, durante longos períodos sofreu com a falta de credibilidade por parte da referida comunidade, que anteriormente intervieram junto ao poder público em prol de sua criação (SANTOS, 2012).

4. Considerações Finais

Diante do que foi apresentado e discutido, levando em consideração os dados coletados na pesquisa dissertativa, é possível chegar a algumas conclusões: a) o nascimento da agência de fomento se deu num contexto nacional, pois havia uma atmosfera propícia para mudanças no país. No entanto, sem a atuação da comunidade científica e a relação com campo político daquela época, sua implantação se daria tardiamente; b) a Fundação alimenta e é alimentada por conta da sua relação direta comunidade científica local. Pois seu projeto e implantação se concretizaram pela existência de uma comunidade científica já consolidada; c) a FACEPE é um lócus de disputas e, portanto, produz e reproduz as leis universais do campo científico, considerando a conjuntura em que foi criada.

5. Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas, Papirus, 1996.
- _____. **Para uma sociologia da Ciência**. Lisboa, Edições 70, 2008.
- ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde Andrade de; CABRAL, Maria de Fátima Cavalcanti. **Memorial FACEPE 15 anos**. Recife, CCS Gráfica Editora, 2005.
- FAPESP: **origens e implantação**. *Estudos Avançados*, vol.10, n.28, pp. 200-209, 1996.
- MOTOYAMA, Shozo (Org.). **FAPESP: uma história de política científica e tecnológica**. São Paulo, FAPESP, 1996.
- REZENDE, Sérgio Machado. **Momentos da ciência e tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T**. Rio de Janeiro, Vieira e Lent, 2010.
- SANTOS, Andreia Patricia dos. **Fazer ciência e fazer-se cientista em Pernambuco: o caso da FACEPE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia-UFS). São Cristóvão: NPPCS-UFS, 2012.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.